UM PASSO À FRENTE NA INFORMAÇÃO

BECO SEM SAÍDA

Em meio a pressão do governo Lula e do Judiciário para que seja aprovado hoje o PL das Fake News na Câmara dos Deputados, houve uma mudança na expectativa de votação e a oposição ao PL está em vantagem. Caso o projeto de lei seja derrotado, o ministro da Justiça, Flávio Dino, disse que o governo tem "planos B e C" para aplicar as mesmas medidas por decreto. Leia mais nesta edição.

BRASIL

Terça-feira, 02 de maio de 2023 - nº 746
Ás 19 horas

NOSSO TIME
Diretor Geral: **José Nivaldo Junior.** Dir. de Redação: **Antônio Magalhães.** Editora Nacional: **Hylda Cavalcanti.** Editor Regional NE: **Severino Lopes** Dir. de Arte: **Ivan Rodrigues.**

UM EMPREENDIMENTO GLOBALZ CONSULTORIA

PRESIDENTE ARGENTINO CHANTAGEIA O BRASIL

O governo da Argentina está levando ao presidente Lula (PT) a mensagem de que, sem uma nova linha de crédito para financiar o comércio bilateral sem uso de dólares, exportadores brasileiros vão perder mercado no país vizinho para empresas chinesas. O presidente da Argentina, Alberto Fernández, esteve hoje com Lula em Brasília. Leia mais nesta edição

EM PRIMEIRA MÃO

COLUNA DIÁRIA

PL 2.630 E AS BIG TECHS

A decisão de Alexandre de Moraes, do STF, contra as Big Techs foi proferida após a divulgação de denúncias sobre o suposto favorecimento de resultados contrários ao chamado Projeto de Lei das Fake News (PL 2.630/20), agora em discussão na Câmara dos Deputados. As plataformas deverão retirar do ar todos os anúncios que tratam o projeto como "PL da Censura".

COINCIDÊNCIAS POLÍTICAS

Em dia de votação do PL das Fake News, depois de uma reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira, o presidente Lula chamou sua equipe e mandou liberar emendas parlamentares para a Câmara e para o Senado. As emendas totalizam R$ 6,5 bilhões para a Câmara e R$ 3,5 bilhões para o Senado. A informação é de Gerson Camarotti, do G1.

LULA VAI À COROAÇÃO DE CHARLES III

Com tudo tranquilo no País, o presidente Lula (PT) viajará para Londres nesta semana para participar da coroação do rei Charles III, que acontece no próximo sábado (6). A data de sua partida ainda não está definida, mas deve acontecer entre a quinta-feira (4) e a sexta-feira (5).

Postado em www.opoder.com.br

Canal Telegram

Receba todas as matérias do Jornal O Poder em tempo real no seu Telegram.
Acesse e participe:
https://t.me/jornal_o_poder

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

CÂMARA BATE CHAPA POR PL 2630

No final da tarde de hoje, O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu pa-ra votação da Câmara nesta noite de ter-ça-feira, 2. O projeto de lei entrou na pau-ta da Casa em meio à pressão contra a aprovação das big techs, de parlamenta-res e das redes sociais, enfrentando a re-sistência do governo Lula, do STF e da ve-lha mídia.

TEXTO MODIFICADO DE ORLANDO SILVA

A decisão de votar o texto do relator, o comunista Orlando Silva, ocorreu após a reunião dos líderes da Câmara na residência oficial de Lira. Mas nem mesmo integrantes da base governista têm certeza de que há votos para aprovar o projeto. O PP, partido de Lira, está dividido. Mas a oposição ao projeto, que conta com governistas e não governistas, tem se mostrado disposta ao "bate chapa" ou enfrentamento pelo voto.

TUCANOS DESCEM DO MURO

Até há pouco vacilante, a federação de partidos formada pelo PSDB e Cidadania anunciou que vai se opor à aprovação da proposta. O deputado tucano Adolfo Viana (BA) disse que a federação é contra ingerência do governo sobre as redes. A declaração foi contestada pelo senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), autor do projeto original, sustentando que o projeto não dá controle das redes sociais ao Poder Executivo.

Postado em www.opoder.com.br

SEM MEDO DA DERROTA DO PL

DINO DIZ QUE GOVERNO TEM OPÇÃO

Caso não seja aprovado o projetoje de lei das fake news, como desejam os governistas e o Judiciário, o governo Lula tem um “plano B” e até mesmo um “C. Em coletiva hoje, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, sugeriu que a regulação das plataformas digitais pode acontecer também por decretos administrativos e/ou decisões judiciais, passando por cima de uma decisão do Legislativo.

REGULAR POR ATO ADMINISTRATIVO

“Se estes adeptos do faroeste digital conseguirem impor a sua vontade ao ponto de impedir o processo legislativo, lembro que nós temos a regulação derivada de decisões administrativas, inclusive do Mi-

nistério da Justiça, e há regulação do Poder Judiciário no julgamento de ações que lá tramitam", declarou Dino.

'FAROESTE QUE MATA CRIANÇAS'

Dino ressaltou que as empresas contrárias ao PL estariam defendendo um faroeste digital ou faroeste cibernético. "Este faroeste mata crianças, adolescentes, pessoas por doenças. Todas as empresas no Brasil são reguladas. Onde está escrito que essas empresas (digitais) não podem ter regulação?", questionou o ministro da Justiça.

Postado em www.opoder.com.br

INTERVENÇÃO DA JUSTIÇA

PRESSÃO PARA APROVAR PL 2630

Em decisão desta terça-feira (2), o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Polícia Federal (PF) ouça presidentes das

empresas Google, Meta (dona do Facebook, WhatsApp e Instagram), Spotify e Brasil Paralelo.

UM DIA CHEIO DE AMEAÇAS

No mesmo despacho, Moraes definiu que as empresas removam anúncios contra projeto de lei (PL) das Fake News, sob pena de multa de R$ 150 mil por hora de descumprimento da medida. No despacho, o ministro menciona estudo feito por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), segundo o qual as plataformas têm feito anúncios contra o PL "de forma opaca e burlando seus próprios termos de uso."

GOOGLE É CONTRA PL

Com base neste mesmo estudo, o Ministério Público Federal (MPF) expediu um ofício na segunda-feira (1º) questionando o Google sobre um possível favorecimento de conteúdos contrários ao Projeto de Lei da Censura ou das Fake News em resultados de busca da plataforma.

PUXADINHO DO MINISTÉRIO

Mais cedo, a Secretaria Nacional do Consumidor, vinculada ao Ministério da Justiça, havia determinado que o Google sinalizasse como "publicidade" os conteúdos produzidos e veiculados pela empresa com críticas ao projeto de lei.

Postado em www.opoder.com.br

LOBBY DOS ARTISTAS

PEDIDO SEM RAZÃO. É SÓ APOIO AO PL

Um grupo de artistas se reuniu hoje com bancadas parlamentares da Câmara para defender a manutenção de um trecho que

trata dos direitos autorais de artistas no projeto de lei que cria mecanismos de combate às fake news nas redes sociais. O dispositivo defendido pela comitiva garante aos artistas uma comissão pela reprodução de conteúdos nas plataformas digitais.

JÁ RECEBEM DIREITOS AUTORAIS

O grupo esteve reunido com representantes do governo na Câmara e com parlamentares do União Brasil e do Republicanos. "É uma coisa que está em lei, a gente não está pedindo nada, a gente só está pedindo que seja executado o que a lei de direito autoral fala, que tem que ser remunerado", disse Paula Lavigne, esposa e empresária de Caetano Veloso.

PENSAM ATÉ NO JORNALISMO

Na última terça, a comitiva de artistas chegou a se reunir com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Na ocasião, entregaram uma carta pedindo a manutenção de alguns trechos, entre os quais o que trata do pagamento por reprodução. Segundo Lavigne, tanto os deputados do Uni-

ão Brasil quanto do governo sinalizaram que, caso o PL não seja votado nesta terça, a Câmara pode analisar uma proposta para tratar especificamente da remuneração do conteúdo jornalístico e artístico.

Postado em www.opoder.com.br

JORNAL
O PODER
UM PASSO À FRENTE

ACESSE E ASSINE

www.opoder.com.br

RECEBA DIARIAMENTE EM SEU SMARTPHONE

É GRÁTIS!!!

A BOA INFORMAÇÃO NÃO TEM PREÇO

BRIGA DE GIGANTES

PROJETO: TEMA ATUAL NA ROUPA VELHA

Rodrigo Carvalho de Santana Pinho
Advogado.
rodrigo@rradvocaciaeconsultoria.srv.br

Os deputados federais devem analisar e votar ainda hoje o PL 2.630/2020, projeto de lei que visa estabelecer normas de transparência para plataformas de buscas e de redes sociais e, dentre os pontos, cria medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos, a exemplo das Fake News.

BRIGA DE CACHORRO GRANDE

O Google decidiu veicular no seu buscador um link com conteúdo contra o PL 2.630/2020 e a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (SENACON), do Ministério da Justiça, já emitiu ontem medida cautelar contra a Big Tech, com nota técnica lançada hoje (02/05). A avaliação do gover-

no é que a intervenção na formação de opinião às vésperas da votação do PL das "fake news" pode caracterizar como fraude mediante abuso do poder econômico. Ocorre que a empresa de tecnologia usou um direito constitucional ao veicular sua posição contra um projeto de lei que afeta sua atividade.

DISCUSSÃO ANTIGA

O tema acerca do abuso da liberdade de expressão, controle e regulação das plataformas de redes sociais está em pauta há mais tempo do que o Projeto de Lei (PL) 2.630/2020. O que demonstra que a atuação dos órgãos legislativos é bastante lenta, sendo motivo de atuação imediata de outros órgãos do Estado.

A roupagem da discussão ganhou contornos mais graves a partir dos atos de 8 de janeiro de 2023 e em razão dos recentes atentados às escolas e da aparente omissão das redes sociais em evitar conteúdos de incentivo ao comportamento violento.

POLÊMICO E COMPLEXO

O tema é complexo e polêmico, que en-

volve tantos atores e setores da sociedade. Sobretudo quando está em pauta direitos fundamentais para qualquer cidadão, como a liberdade de expressão e de comunicação.

A discussão não é nova e nem sequer ainda foi apontada solução razoável nesse tempo todo, e o Poder Legislativo quer aprovar um projeto de lei de forma célere.

NÃO HÁ VÁCUO

O Judiciário já estava a par da questão em 2017, por meio do Supremo Tribunal Federal (STF), diante da constitucionalidade do art. 19, do Marco Civil da Internet, com possibilidade de aplicar as exceções de ordem judicial do art. 21 (relacionadas à publicação de conteúdos de natureza sexual) para outras situações que coloquem em risco direitos fundamentais, ampliando a responsabilidade de provedores de redes sociais.

PODER EXECUTIVO

Já no âmbito do Poder Executivo, recentemente foi editada a Portaria nº 351 pelo Ministro de Estado da Justiça e Segu-

rança Pública "para fins de prevenção à disseminação de conteúdos flagrantemente ilícitos, prejudiciais ou danosos por plataformas de redes sociais" . De acordo com essa Portaria, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) deverá "instaurar processo administrativo para apuração e responsabilização das plataformas de rede social, pelo eventual descumprimento do dever geral de segurança e de cuidado em relação à propagação de conteúdos ilícitos, danosos e nocivos, referentes a conteúdos que incentivem ataques contra ambiente escolar ou façam apologia e incitação a esses crimes ou a seus perpetradores".

ERROS E ACERTOS

Diante de ambientes novos em que surgem dilemas novos, a atuação estatal pode estar sujeita a erros e acertos. Assim, é fundamental um debate multisetorial e de participação plena de todos os atores e setores da sociedade. Cautela e prudência aliadas à razão é melhor do que atitudes precipitadas.

Postado em www.opoder.com.br

MERCADO

COLUNA DIÁRIA

Antonio Magalhães

SALÁRIOS MÍNIMOS NO PAÍS

O governador de São Paulo, Tarcísio de-Freitas, apresentou à Assembleia Legislativa projetos de lei para aumentar o salário mínimo estadual e reajustar o rendimento base de policiais civis e militares. Se for aprovado pelo Legislativo, o salário mínimo paulista deve subir a R$ 1.550. Já a MP do governo Lula deu em 1º de maio um aumento de R$ 18,00 para o salário mínimo nacional ficando em R$ 1,320,00.

NADA DE NOVO NO FRONT

Começou hoje e termina amanhã (03) a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central sobre o futuro dos juros do país depois que o governo apresentou sua proposta para um novo teto de gastos, no fim de março, o arcabouço ainda não discutido e aprovado pelo Congresso. Há consenso que não será nesta reunião que o Copom começará a reduzir a Selic, a taxa básica de juros, e a aposta é que o colegiado deve, mais uma vez, mantê-la nos atuais 13,75%.

TALVEZ NO FIM DO ANO SELIC MENOR

Segundo a edição de hoje do boletim Focus, pesquisa semanal feita pelo BC com analistas de mercado, a taxa básica deverá ser mantida em 13,75% ao ano pela sexta vez seguida. A expectativa do mercado financeiro, entretanto, é que a Selic encerre o ano em 12,5% ao ano.

OITENTA ANOS DA CLT

No dia 1º de maio de 2023, a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, comple-

tou 80 anos. Ela foi assinada no Rio de Janeiro pelo então presidente Getúlio Vargas. As leis são inspiradas na legislação fascista italiana da época de Mussolini.

PARA 42,9 MILHÕES DE EMPREGADOS

A CLT continua a ser até hoje a principal lei trabalhista brasileira, abrangendo 42,9 milhões de empregados em março deste ano, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho. Nos últimos anos, porém, perdeu espaço para outras modalidades. Avançaram a atuação informal, o trabalho por meio de aplicativos e a contratação via empresa individual, a chamada de "pejotização".

MUITOS SEM CARTEIRA ASSINADA

Em fevereiro deste ano, o número de brasileiros trabalhando sem carteira assinada

atingiu o pico desde que o tema passou a ser parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE – o percentual de informais vem batendo recordes ano a ano desde 2012, quando a pesquisa começou.

TEMER REFORMOU, LULA QUER MEXER

Os celetistas (trabalhadores com carteira assinada) representam atualmente cerca de um terço da população ocupada no país, segundo a pesquisa. Parte da legislação sobre o tema foi alterada pela reforma trabalhista de 2017, impulsionada pelo governo do então presidente Michel Temer (MDB). Agora, a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende revogar algumas das mudanças introduzidas pela reforma trabalhista e criar uma nova regulamentação para os trabalhadores de aplicativos.

SEMINÁRIO VIRTUAL SOBRE A CLT

Juristas de todo o país debaterão os 80

anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em um seminário gratuito e aberto ao público, nesta quarta (03/05). O encontro nacional será virtual, com transmissão via Youtube. Entre os debatedores estará o desembargador Sérgio Torres, vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região e também professor do curso de Direito do Centro Universitário Tiradentes (Unit-PE), única instituição de ensino superior representante do evento, no Nordeste. As palestras do seminário "CLT 80 anos: Transformação e Evolução do Trabalho no Brasil" começam às 8h30 e seguem no período da tarde. Inscrição pelo link: https://www.unit.br/eventos.

MST TOMA CONTA DO INCRA

Após quase sete anos com as portas fechadas em Petrolina, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA será reaberto, que terá como novo Gestor Regional, Edilson Barbosa, que é oriundo do do Movimento Sem Terra-MST. No mês passado, integrantes do MST invadiram a estação de pesquisas da Embrapa em Pe-

trolina, destruindo experimentos. O prêmio para o movimento foi a nomeação de um deles para o Incra.

ENERGIA SOLAR EM DISCUSSÃO

Amanhã (quarta, dia 3, às 12h) a edição do LIDE Business Lunch, realizada no auditório do JCPM Trade Center, no Pina, estará recebendo Daniel Huber, vice-presidente e General Manager da Solaredge para América Latina, Ásia e Europa. O evento promovido pelo LIDE Energia tem o objetivo de discutir "A Expansão do Mercado de Energia Solar no Mundo e Expectativa para o Cenário Brasileiro".

Postado em www.opoder.com.br

BRASIL X ARGENTINA

ARGENTINO QUER CRÉDITO DO BRASIL

O presidente Lula (PT) se encontrou hoje à tarde com o presidente da Argentina, Alberto Fernández, no Palácio da Alvorada. Entre os temas que podem ser discutidos está o crédito para exportação entre os países. A informação sobre conversas para a criação de uma linha de crédito foi confirmada pelo secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo.

SUPRIR FALTA DE DÓLARES

Assim, deve ser tratado um pedido para o Brasil financiar a exportação insumos para a indústria argentina, em meio à crise econômica no país latino - asfixiado financeiramente, não tem dólares para comprar produtos básicos.

FERNÁNDEZ: LA GARANTIA SOY YO

Porém, a Argentina tem um histórico negativo de pagamentos de empréstimos do Brasil. E, além do mais, tem levantado uma série de barreiras comerciais para nossos produtos. Especialistas alertam que o país vizinho não dá garantias suficientes para que esse dinheiro volte ao País. Tudo é feito na confiança de Lula e Fernandez, no fio do bigode.

INFLAÇÃO DE 104% AO ANO

A Argentina enfrenta alta na inflação, como índice chegando a 104,3% em mar-ço, na comparação anual. Em comparação com fevereiro, os preços estavam 7,7% maiores. O dado colocou o país no topo do ranking dos maiores índices de inflação entre os membros do G20, grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. No final de abril, Fernández anunciou que não tentará se reeleger nas eleições gerais que serão realizadas na Argentina em outubro deste ano.

Postado em www.opoder.com.br

ARTIGO

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DIREITO À RENDA

Alexandre Santos
É presidente do Clube de Engenharia de Pernambuco e coordenador nacional da Câmara Brasileira de DesenvolvimentoCultural.

Entre os aspectos que caracterizam uma sociedade moderna está a importância dedicada ao avanço científico e tecnológico.

UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO

A evolução científica e tecnológica é um caminho para o desenvolvimento pleno. Foi ela, por exemplo, que - ao livrar o mundo do imobilismo proposto pelos negacionistas e terraplanistas - permitiu a rápida superação da pandemia de coronavírus, salvando a Humanidade do caos absoluto.

C&T À SERVIÇO DO BEM-ESTAR

De fato (como se viu no enfrentamento ao coronavírus), o desenvolvimento da ciência e da tecnologia deve estar à serviço do bem-estar coletivo e não, como vem acontecendo em grande parte dos casos, constituir-se mero instrumento econômico para que alguns fiquem mais ricos ou, mesmo, uma perversa forma de substituir homens por máquinas, levando o desemprego e o consequente desespero a muitos lares.

CONFORTO E SEGURANÇA PARA O TRABALHADOR

No mundo do trabalho, sem qualquer prejuízo às rendas necessárias aos trabalhadores, o avanço científico e tecnológico deve não só cuidar do aumento da produção e da produtividade, mas, sobretudo, poupar os homens de engajamento em tarefas exaustivas e perigosas. Para não violar a expectativa alimentada pelo bem-estar, a incorporação de uma inovação ou de um avanço aos processos econômicos não podem gerar desemprego ou, melhor di-

zendo, [não podem gerar] redução da renda dos trabalhadores afetados.

O DIREITO À RENDA

Diante de um mundo caracterizado pelos avanços da ciência e da tecnologia, a sociedade trabalhadora deve clamar, não pelo Direito ao Trabalho, mas, sim, pelo Direito à Renda. Que o trabalho das máquinas subsidie a renda dos trabalhadores!
Viva o Dia do Trabalhador!

Postado em www, opoder.com.br

O VOTO PELO BRASIL

Da Agência Senado

JUNICIPIO — SEXTA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 1993

REPÚBLICA, PARLAMENTARISMO OU MONARQUI

Os brasileiros não podem per-
er essa oportunidade de exercer,
om acerto, sua soberania.
O Tribunal Superior Eleitoral
início a uma série de
itucionais, através
televisão,

dá, Austrália, Suécia, Espanha, en-
tre outros. O poder está nas mãos
do Ministério, que é a expressão da
maioria parlamentar, eleita através
do voto direto dos eleitores. Já nas
repúblicas, o presidente e o parla-
mento dividem o poder, segundo
combinações variáveis do presiden-
cialismo ou parlamentarismo.

ENTARISMO

entende que a antecipação
dia 21 de abril, decidida
gresso, é inconstitucion
data escolhida inicialm
setembro —, "faria
Constituição, além
sobre os temas d
prejudicados".
Pesquisas d
revelam que
ção nem se
uma eleiç
forma e
de go-
21 de

Há 30 anos, a televisão brasileira transmitia episódios de uma propaganda eleitoral peculiar. Não se viam candidatos pedindo voto para cargos eletivos. O que estava em jogo era algo bem maior: a própria estrutura política e administrativa do Brasil.

PLEBISCITO DE 21 DE ABRIL DE 1993

No feriado de 21 de abril de 1993, após dois meses de propaganda eleitoral, os brasileiros foram às urnas decidir se o país vol-

taria a ser monarquia ou continuaria sendo república e também se seria instaurado o parlamentarismo ou mantido o presidencialismo.

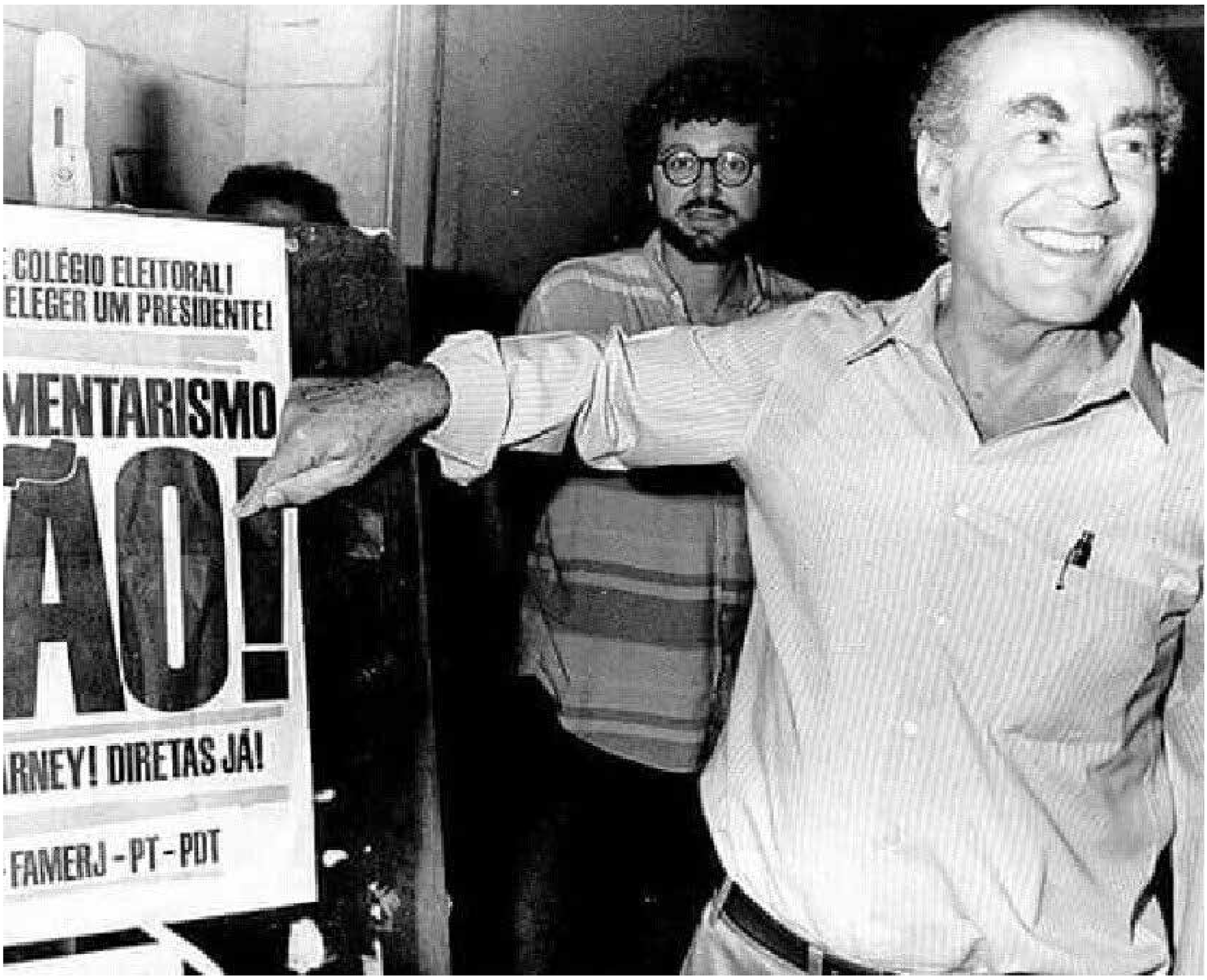
DESINFORMAÇÃO

Documentos desse plebiscito guardados hoje no Arquivo do Senado, em Brasília, revelam que, mesmo sendo uma época sem internet comercial nem redes sociais, as fake news se espalharam pela sociedade.

VOLTA DA ESCRAVIDÃO

Embora defensor da república, o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) denunciou a campanha de desinformação que se montou contra a monarquia: “está havendo uma confusão tal que outro dia, em minha casa, ouvindo uma conversa das empregadas domésticas, escutei-as dizerem que, se voltar a monarquia, voltará a escravidão. Pensei que aquilo fosse apenas desinformação de pessoas menos esclarecidas, mas, por coincidência, lendo a seção do plebiscito no jornal O Globo, uma das perguntas que havia era: “Se voltar a monarquia, voltará a escravidão?”.

DOCUMENTOS NO CONGRESSO



Os documentos históricos de 1993 mostram que os discursos e debates parlamentares foram sempre contrários à restauração da monarquia. As pesquisas de intenção de voto já adiantavam que ela não tinha chance e a república ganharia de lavada.

	FORMA DE GOVERNO		SISTEMA DE GOVERNO
1	MONARQUIA	1	PARLAMENTARISMO
2	REPÚBLICA	2	PRESIDENCIALISMO

1ª DOBRA

MONARQUIA INUSITADA

Nas páginas dos jornais e nos programas da TV, a monarquia ganhava destaque só por causa do inusitado e da curiosidade popular. Muito se noticiou, por exemplo, sobre a briga entre os descendentes de D. Pedro II pelo direito de ser coroado em caso de vitória no plebiscito. A revista Manchete publicou o perfil de um deles chamando-o de D. Pedro III.

QUAL É O REI?

"Quando ouço dizerem que se deve votar no rei, pergunto-me: "Em qual rei?". Porque parece que há dois candidatos, o Pedrão e o Pedrinho. A luta vai ser muito grande", alfinetou o senador Epitácio Cafeteira (P-DC-MA). Outros senadores avaliaram que seria uma aberração voltar um século na história e "desproclamar" a república.

SEM SANGUE AZUL

Mesmo opondo-se à restauração imperial, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ofereceu um conselho aos monarquistas. Sugeriu que, caso quisessem mesmo vencer o

plebiscito, esquecessem o sangue azul:

DESCENDENTES DE ZUMBI NO TRONO

"Deveríamos pensar em outra família, não nos descendentes da família real portuguesa. Quem sabe uma família daqueles que vieram forçados, como escravos, da África? Ou deveríamos pensar num rei descendente de Zumbi dos Palmares? Mais legítimo ainda seria escolher um rei descendente de um dos caciques das diversas tribos indígenas que aqui habitam há muito mais tempo do que os portugueses que colonizaram o Brasil", completou Suplicy.

Postado em www.opoder.com.br

PARA COMPARTILHAR MATÉRIAS, ACESSE

www.jornalopoder.com.br - NOTÍCIAS

A BOA INFORMAÇÃO NÃO TEM PREÇO

ACESSE E ASSINE GRÁTIS

www.jornalopoder.com.br

19H NO SEU CELULAR

Sugestões de pauta:
redacaopoder@gmail.com

Anuncie:
comercialopoder@gmail.com

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS